



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia

Unidade curricular

Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Rui Manuel Tavares Lanceiro

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Existe uma importante dimensão internacional no âmbito do Direito do Ambiente e do Direito da Energia, como consequência da própria natureza dos objectos regulados, que possuem um forte pendor transnacional, exigindo a cooperação internacional entre diversos actores, nomeadamente os Estados. Este pendor é sentido de forma mais forte nas regiões onde existe uma forte integração regional, como é o caso da Europa.

A interligação entre Direito do Ambiente e Direito da Energia no âmbito do Direito Internacional e com o Direito da UE está relacionada não só com a resolução ou a prevenção de problemas comuns (acidentes industriais ou a poluição), bem como a tentativa de regulação de áreas comuns (aproveitamento sustentável de recursos ou a utilização de energias renováveis). Aí se encontram obstáculos comuns, como o facto de as normas de Direito Internacional revelarem um certo défice de execução, nomeadamente devido à inexistência de uma jurisdição internacional especializada e devido às regras restritivas de legitimidade, o que faz com que o soft law assumira uma especial importância. Esta é um dos aspectos em que existe uma clara diferenciação do Direito da UE, onde as instituições, em especial a Comissão e o TJUE, têm assumido um papel de garantia do ambiente e de promoção da regulação do mercado da energia.

Também nestes domínios, avulta o estudo da existência de uma responsabilidade dos Estados pela protecção do ambiente que pode originar deveres de ressarcir danos ecológicos ou ambientais.

Conteúdos programáticos

Programa

Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia

CAPÍTULO I.

Notas introdutórias ao Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia

1. Delimitação do objecto de estudo
2. Breve introdução ao objecto de estudo

CAPÍTULO II.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

As fontes, os sujeitos e os princípios do Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia

1. As fontes do Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia
  - a. Direito Internacional (geral e regional europeu)
  - b. Direito da UE
  - c. O papel especial da *soft law*
2. Os sujeitos do Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia
  - a. Os sujeitos de Direito Internacional “clássico” e do Direito da UE
  - b. A pessoa singular como sujeito e a participação popular
  - c. As pessoas colectivas (multinacionais e as organizações não governamentais) como sujeitos
3. Os princípios do Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia

#### CAPÍTULO III.

Grandes temas contemporâneos de Direito Internacional e Europeu do Ambiente

1. A prevenção, a precaução e a avaliação de impactes ambientais
2. Prevenção e controlo da poluição e dos resíduos perigosos
3. Os oceanos, o acesso à água e a sua gestão
4. Biodiversidade e espécies em vias de extinção
5. Desenvolvimento sustentável e economia verde
6. Alterações climáticas, segurança e conflitos sobre a utilização de recursos

#### CAPÍTULO IV.

Grandes temas contemporâneos de Direito Internacional e Europeu da Energia

1. Internacionalização, redes energéticas e fronteiras nacionais
2. A regulação dos combustíveis fósseis, a sua extracção, transporte e exploração
3. Descarbonização, eficiência energética e energias renováveis
4. A utilização da energia nuclear
5. Mercado Europeu da Energia e a Carta Europeia da Energia

#### CAPÍTULO V.

O contencioso internacional de Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia

Em especial, estudo de casos de litigância internacional entre Estados vizinhos sobre questões de Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia

#### Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Em primeiro lugar, pretende-se delimitar e apresentar o objecto de estudo da cadeira, relativa ao Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia, apresentando também as fontes e os sujeitos (alguns agora apenas emergentes), bem como os princípios gerais destes ramos de Direito. O principal objetivo da disciplina consiste em enquadrar juridicamente os institutos utilizados no Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia, com particular incidência nos grandes temas contemporâneos destas áreas, os regimes jurídicos criados para lhes dar resposta e a forma



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

como a jurisprudência internacional e europeia a eles reage.

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas terão uma vertente teórico-prática, com uma parte expositiva e uma parte interactiva, estimulando-se uma participação informada e construtiva dos alunos. Para o efeito, será indicado um conjunto de leituras a efetuar para cada aula, assentando estas na discussão e análise crítica dos elementos previamente estudados (textos doutrinários, peças de jurisprudência e casos da vida).

Como complemento às aulas, será privilegiada a utilização de métodos de *e-learning* enquanto ferramenta de trabalho e de divulgação de documentação.

Os estudantes serão também convidados a aprofundar determinados temas, apresentando-os em aula ou elaborando sobre os mesmos pequenos trabalhos escritos (*papers*).

Dependendo do número de alunos inscritos, poderá haver apresentação de trabalhos em sala de aula e subsequente debate.

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Participação nas aulas (20%);
- Trabalho escrito sobre tema do programa, com extensão máxima de 20 páginas (tamanho de letra 12, margens 2,5 x 3) e a sua apresentação oral em aula (30%);
- Prova escrita de avaliação (50%).

#### Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As matérias versadas na disciplina revelam-se ainda relativamente novas e por vezes problemáticas na sua concretização. Por isso se torna importante garantir a discussão das questões, mais do que injectar vastas quantidades de matéria. A realização de trabalhos de investigação, o comentário de peças de jurisprudência e a análise de posições doutrinárias são pontos decisivos na aprendizagem.

A parte lectiva do mestrado deve constituir uma primeira fase do percurso escolar no 2.º ciclo, pelo que se procurará abrir horizontes e lançar pistas para a investigação necessária à obtenção do grau de mestre. Para tanto, a elaboração de um relatório escrito sobre um tema do programa escolhido pelo estudante assume uma relevância fundamental para a avaliação e pretende constituir, se esse for o entendimento do estudante, uma projecção do que poderá ser o trabalho final de mestrado. Mesmo que isso não aconteça, o relatório constitui um elemento fundamental para testar o domínio desta área jurídica e para demonstrar capacidade de investigação.

#### Bibliografia principal

AMADO GOMES, Carla,

- Risco e modificação do acto autorizativo concretizador de deveres de protecção do Ambiente,



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Coimbra, 2007

- Textos dispersos de Direito do Ambiente, I, 1ª reimp., Lisboa, 2008
- Textos dispersos de Direito do Ambiente (e matérias relacionadas), II, Lisboa, 2008
- Textos dispersos de Direito do Ambiente, III, Lisboa, 2010
- Textos dispersos de Direito do Ambiente, IV, Lisboa, 2014
- Introdução ao Direito do Ambiente, 2ª ed., Lisboa, 2014

ANTUNES, Tiago, Pelos caminhos jurídicos do ambiente, Lisboa, 2014

PEREIRA DA SILVA, Vasco

- Verde Cor de Direito, Lições de Direito do Ambiente, Almedina, Coimbra, 2002
- «The Aarhus Convention: A “Bridge” to a Better Environment», in «Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente», n.ºs 18 / 19, Dezembro 2002 / Junho 2003, pp. 133 e seguintes.
- «Direito Salpicado de Azul e Verde», in «Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Marques Guedes», Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004, páginas 839 e seguintes.
- «Ventos de Mudança no Direito do Ambiente, A Responsabilidade Civil Ambiental», in «Direitos Fundamentais e Justiça» (Revista do Programa de Pós-graduação, Mestrado e Doutorado em Direito da PUCRS, Brasil), n.º 7, Abril / Junho 2009, páginas 81 e seguintes.
- «“Mais Vale Prevenir do que Remediar”, Prevenção e Precaução no Direito do Ambiente», in JOÃO HÉLIO PEZ / RAFAEL OLIVEIRA, «Direito Ambiental Contemporâneo Prevenção e Precaução», Juruá Editora, Curitiba / Paraná, 2009, páginas 11 e seguintes.

VV.AA.,

- Actas do Colóquio "Responsabilidade civil por dano ambiental", Lisboa, 2010, e-book disponível no site <http://www.icjp.pt/publicacoes> (org. de Carla Amado Gomes e Tiago Antunes, Lisboa, 2010)
- Actas do Colóquio *Revisitando a Avaliação de Impacto Ambiental*, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no dia 30 de Outubro de 2013, no âmbito do ICJP, Lisboa, 2014 (coord. com Tiago Antunes), livro digital disponível em <http://www.icjp.pt/publicacoes/1/4539>

Internacional

- BIRNIE, Patricia / BOYLE, Alan / REDGWELL, Catherine, *International Law & the Environment*, Oxford; New York: Oxford University Press, 2009
- GURUSWAMY, Lakshman D., *International Environmental law in a Nutshell*, St. Paul, MN : Thomson/West, 2007
- JANS, Jan H. / VEDDER, Hans H.B., *European Environmental Law*, Groningen, Europa Law Pub., 2008
- KISS, Alexandre and SHELTON, Dinah, *Guide to International Environmental Law*, Lieden;



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2007;

- STEPHENS, Tim, *International Courts and Environmental Protection*, Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2009
- *Oxford Handbook of International Environmental Law*, Daniel Bodansky, Jutta Brunnée, Ellen Hey (ed.), Oxford: Oxford University Press, 2007
- *Research Handbook on International Energy Law*, Kim Talus (ed.), Elgar, 2014.

### Curricular unit sheet

Course \_\_\_\_\_

Curricular unit

(maximun 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximun 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Syllabus

(maximun 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximun 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximun 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximun 3000 characters)

Main Bibliography

(maximun 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa